



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

INTERESSADO: Presidência da Câmara

ASSUNTO: requerimento de parecer acerca do Projeto de Lei n. 78/2025, que cria a Inscrição Municipal Especial para comércios a serem estabelecidos ou regularizados na zona rural do município de Santa Bárbara d'Oeste.

PARECER JURÍDICO

Senhor Procurador Chefe:

1. A Comissão de Justiça e Redação requereu emissão de parecer jurídico acerca do Projeto de Lei em epígrafe, de autoria parlamentar.

2. Relatado.

3. Encaminhado o projeto de lei para parecer jurídico, fica suspenso qualquer prazo de tramitação (art. 90, § 4º, do RI).

4. Trata-se de projeto de lei em matéria urbanística, havendo competência legislativa concorrente.

5. Quanto ao conteúdo, inexistem óbices jurídicos ou legais que maculem o projeto de lei que, a rigor, é proposto também em obediência aos artigos 127 e 135 da LOM.²

¹ “§ 4º - Havendo requerimento de consultas a órgãos especializados, ou pareceres técnicos, o trâmite será suspenso até que se culminem os procedimentos necessários.” (grifo nosso).

² **Artigo 127** – O Município estabelecerá, mediante lei, em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor, normas sobre zoneamento, loteamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, índices urbanísticos, proteção ambiental e demais limitações administrativas pertinentes. (grifo nosso) (...)

Artigo 135 – O estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, deverá assegurar:

I – a urbanização e regularização fundiária das áreas onde esteja situada a população favelada e de baixa renda, com remoção dos moradores para outro local, se necessário;

II – a preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;

III – a criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilização pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

6. Em relação à iniciativa para projetos de lei que alteram o zoneamento urbano, o Tribunal de Justiça de São Paulo possui firme jurisprudência, inclusive em julgados prolatados no presente ano, de que a competência para iniciar o processo legislativo é concorrente, não havendo vício de iniciativa quando a propositura partir de parlamentar.

7. É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, ao decidir o Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.493.094, julgou inconstitucional, por vício de iniciativa legislativa, lei do Município do Rio de Janeiro, apresentada por Vereador, que disponha sobre o fechamento de ruas públicas. Contudo, na leitura do acórdão deste julgamento, percebe-se com clareza que a lei fluminense disciplinava aspectos da estrutura administrativa do Poder Executivo, sendo esse o motivo da declaração de inconstitucionalidade e não por se tratar de lei que dispõe sobre o planejamento, a ocupação e o uso do solo urbano.

8. Superada a questão do vício de iniciativa, é importante ressaltar que em leis de tal jaez é obrigatória a **realização prévia de estudos técnicos e proporcionada a participação popular** (ADI 2258073-88.2016.8.26.0000; ADI 2255977-03.2016.8.26.0000; ADI 2135870-61.2015.8.26.0000, todas do TJSP). A Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) dispõe, como diretriz geral, que a política urbana como um todo deve ser promovida por meio de “gestão democrática”, com “participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (art. 2º, inc. II).

9. Não basta a participação popular na formulação da revisão do plano diretor, mas de toda a política urbana, de toda e qualquer lei que disponha sobre matéria urbanística, mesmo que, como no caso, numa alteração de zoneamento de pequena repercussão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

10. Portanto, não tendo sido realizados estudos técnicos preliminares e realizada consulta ou audiência pública, fica a presente propositura prejudicada, sob o prisma da inconstitucionalidade, não devendo tramitar antes desses procedimentos.

11. Dessa forma, pode a Câmara Municipal solicitar ao Poder Executivo a realização de estudos técnicos pelos órgãos já existentes na Prefeitura ou verificar a possibilidade de contratação desses serviços com particulares, a fim de que possam ser contemplados na discussão legislativa, inclusive diante da sociedade.

12. Por derradeiro, sugere-se a exclusão do artigo 5º do projeto de lei em comento, pois descabe impor prazo ao Poder Executivo para regulamentar leis.

13. Diante do exposto, recomenda-se que o Vereador autor da propositura seja orientado a solicitar a suspensão do trâmite do projeto para realização de estudos técnicos e audiência pública.

Santa Bárbara d'Oeste, 10 de setembro de 2025.

RODRIGO FORNAZIERO CAMPILLO LORENTE
Procurador Legislativo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: 2RHJ-E1XG-FXY-6J51



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de De Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link:

<https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=2RHJE1XGFXYY6J51> ,

ou vá até o site <https://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 2RHJ-E1XG-FXYY-6J51



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: 2RHJ-E1XG-FXYY-6J51